

Acordo com o FMI

Journal de Brasília • 5

não inclui atrasados

Washington — O secretário de Política Econômica, Antônio Kandir, afirmou ontem depois de dois dias de reuniões com o Fundo Monetário Internacional e o Departamento do Tesouro Americano, que as negociações com o FMI e com os bancos credores "são dois processos absolutamente desconectados" e que "em nenhum momento a negociação com os bancos deverá criar empecilhos para o fechamento de um acordo com o Fundo. "A negociação com o Fundo não implica em princípio qualquer pagamento de atrasados" aos bancos, disse Kandir. Mas Kandir, que veio a Washington para iniciar os entendimentos com o FMI, parece ter também aberto uma porta para uma possível antecipação do início das conversas com os bancos credores, dizendo que "é do interesse do Governo que essa negociação se faça o mais rápido possível, porque o plano só fecha se fizermos uma redução da dívida".

Kandir, que conclui hoje a primeira rodada de contatos no FMI, informou que o Governo deve receber no início de agosto uma missão do FMI para começar a negociação de um acordo tipo "stand by", com duração provável de 18 meses.

Ele disse que o Governo quer concluir o acordo "o mais rápido possível". O montante do empréstimo que o País receberá da instituição será de, no mínimo, 70% de sua quota, ou seja, cerca de US\$ 1,5 bilhão por ano. Essa quantia seria suficiente para eliminar as transferências líquidas à instituição.

Endosso

"Mais relevante que o volume de recursos é o endosso do Fundo ao programa econômico" — disse Kandir. Nesse particular, ele disse que a reação que colheu junto ao diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, e ao subsecretário do Tesouro, David Mulford, com quem conversou ontem, "superou as nossas expectativas".

Nada vazou da conversa entre Kandir e Mulford. É certo, no entanto, que a questão do acúmulo nos atrasos de pagamentos aos bancos é uma preocupação crescente, tanto no Departamento do Tesouro como no FMI. O próprio Kandir reconheceu isso ao descrever os resultados das conversas com Mulford e Camdessus.

"Eles ficaram muito impressionados com as características do programa e, o que é mais importante, ambos manifestaram a intenção de nos apoiar da melhor forma possível, o que obviamente passa pela negociação da dívida que seja a mais bem-sucedida" — afirmou.

Kandir lembrou que o Governo Collor fez uma opção para modernizar a economia e que essa modernização implica uma integração do País com o resto da economia internacional. "Seria absolutamente incoerente nós imaginarmos um projeto de integração do País na economia mundial e ter uma posição não negociadora com os credores" — disse.

No que se refere aos bancos credores, esta incoerência tem orientado a posição brasileira. Na semana passada, o presidente do Citicorp, o maior credor do Brasil, disse ao presidente Fernando Collor de Mello que o Governo deve realizar "negociações para elas" com o FMI e os bancos e alertou-o para o perigo de o País perder suas linhas de crédito de curto prazo se os entendimentos não começarem logo.

Negociações

Ontem, Kandir evitou responder diretamente se as negociações, apesar de "desconectadas", poderão ocorrer simultaneamente. Ele ressaltou que os dois processos obedecem a lógicas e ritmos diferentes. No entanto, a ênfase que deu, numa entrevista a jornalistas, no interesse do País em negociar rapidamente com os bancos sugere que suas conversas na capital americana podem ter desencadeado uma reavaliação da estratégia do Governo nessa área.

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI) chega ao Brasil no início de agosto para iniciar a primeira etapa da renegociação da dívida externa brasileira. Entre as informações que o Governo pretende repassar aos técnicos do FMI, para convencê-los do rigor das medidas de ajuste interno, estão a previsão de queda de 3% no Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, superávit orçamentários de 1,22% em 1990 e de 1% em 1991, redução de 27% a 30% no estoque da dívida interna, equivalente a uma amortização líquida de Cr\$ 900 bilhões, e reajuste zero para o funcionalismo público federal durante todo o ano de 1990.